

O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”

José Renato Sant'Anna Porto

Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Assistente de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA).

e-mail: jreporto3@gmail.com

Resumo

No contexto contemporâneo, especialmente nas duas últimas décadas, o chamado agronegócio vem se consolidando no Brasil sustentado por processos políticos e econômicos que transcendem a esfera nacional e que lhe permitem taxas de crescimento significativas, configurando, juntamente com o setor energético e com o setor mineral, o que vem sendo chamado de “re-primarização” da economia nacional. Em que pese essa guinada mais recente, o que não pode ser deixado de lado é o fato de que tal fenômeno está intimamente ligado à capacidade de reprodução e de renovação da classe política historicamente vinculada à posse da terra, que soube remodelar sua imagem a partir de uma produção discursiva complexa e que, ao apropriar novos elementos, busca obscurecer as práticas tradicionais dessa elite ligada diretamente aos conflitos fundiários. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo realizar uma leitura de alguns canais em que o discurso do agronegócio ganha forma, em especial na mídia impressa que tem papel significativo na formação da opinião pública. Pode-se observar que ao fazer uma bricolagem de uma série de elementos (sustentabilidade, modernidade, desenvolvimento, legalismo, etc.), a produção discursiva que dá sustentação e aceitabilidade às práticas do agronegócio visam, sobretudo, promover uma conotação benfazeja ao agronegócio e seu modelo de exploração agrícola.

Palavras-chave: agronegócio; poder; discurso; modernidade; terra.

Resumen

El discurso del agronegocio: modernidad, poder y "verdad"

En el contexto contemporáneo, especialmente en las últimas dos décadas, el llamado agronegocio viene consolidándose en Brasil, sostenido por procesos políticos y económicos que no se restringen a la esfera nacional, y que le permiten niveles de crecimiento significativos, configurando, en conjunto con los sectores energético y minero, lo que viene siendo llamado como “re-primarización” de la economía. No obstante esos cambios recientes, lo que no podemos dejar de lado es que este fenómeno está íntimamente ligado a la capacidad de reproducción de una clase política históricamente vinculada al control de la tierra, que supo remodelar su imagen a partir de una producción discursiva compleja que, al apropiarse de nuevos elementos, busca tender una cortina de humo sobre las prácticas tradicionales de esa élite ligada directamente a los conflictos por la tierra. En ese sentido, este artículo tiene como objetivo realizar una lectura de algunos canales en que el discurso del agronegocio toma forma, en especial en los medios impresos que tienen un papel significativo en la formación de la opinión pública. Podemos observar que al mezclar una serie de elementos como sustentabilidad, modernidad, desarrollo, legalismo, etc., la producción discursiva que da sustento y aceptabilidad a las practicas del agronegocio buscan, sobre todo, promover una connotación positiva de este último y de su modelo de explotación agrícola.

Palabras clave: agronegocio; poder; discurso; modernidad; tierra.

Abstract

The discourse of agribusiness: modernity, power and "truth"

In the contemporary context, especially during the last two decades, the so-called agribusiness has been consolidating in Brazil, supported by political and economic processes not restricted to the national range allowing significant growth rates. Setting along with the energy and mineral sector, it has been called "re-primarization of the economy". Despite this latest twist, what cannot be overlooked is the fact that this phenomenon is closely linked to the reproductive capacity and renewal of a political class historically linked to land ownership, that knew how to reshape your image making use of a complex discursive production, that propose new elements trying to obscure traditional practices of this very elite linked directly to land conflicts. Accordingly, this article aims to perform a reading of some means in which the agribusiness discourse takes shape, particularly in the print media that plays a significant role in the consolidation of public opinion. It is possible to observe that when doing a combination of a series of elements (sustainability, modernity, development, legalism, etc.), the discursive production that gives support and acceptability to agribusiness practices aimed, above all, to promote a beneficial connotation to agribusiness and to its agricultural production model.

Keywords: agribusiness; power; discourse; modernity; land.

Introdução

O Brasil vive hoje o que alguns estudiosos denominam de "re-primarização da economia" (GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2013) fenômeno retomado em meados da década de 1990 e que seria caracterizado por um intenso processo de produção de *commodities*. Como exemplo, vê-se o fato de que, de 2004 a 2011, o valor percentual da pauta de exportações referente às principais *commodities* cresceu mais de 20 %, sendo que no montante total das exportações nacionais, esses produtos já são responsáveis por 48,7 %. Desse total, baseados nos números e registros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mais da metade é relativa a produtos de origem agropecuária, que são exportados praticamente *in natura*. Segundo dados da ESALQ/USP, atualmente o setor do agronegócio já é responsável por 22,15% do PIB brasileiro (TEIXEIRA, 2013).

É nesse contexto, relacionado não só aos arranjos econômicos e políticos nacionais (sobretudo na forma de investimentos de recurso públicos, na apropriação intensiva e degradante dos recursos naturais e em um sem-número de estratégias de flexibilização legislativa e tributária), mas também ao cenário internacional que recoloca o Brasil e outros países latino-americanos quase que exclusivamente na posição de fornecedores de *commodities*, em que ocorre esse pujante crescimento das atividades de exploração agro-hidro-mineral.

Mas, tomando as evidências dos argumentos macroeconômicos apenas como um referencial mais geral que nos ajuda a manter em vista as proporções desse fenômeno recente, em especial no âmbito do setor agrícola, o que não pode ser deixado de lado é o fato de que tal fenômeno está intimamente ligado à capacidade de reprodução e de renovação do discurso da classe política vinculada à posse da terra, presente historicamente no contexto nacional e que soube renovar-se de maneira bastante significativa, acoplando e reconfigurando semanticamente suas bandeiras no que chamamos hoje, mesmo que genericamente, de agronegócio¹.

¹Para uma análise mais consistente do processo de constituição da sociedade e da economia do agronegócio, ver Heredia, Leite e Palmeira (2010).

Mais do que simplesmente revigorar-se como um grupo de interesse, conquistando (ou reconquistando) de maneira progressiva espaços no Legislativo², no Executivo, e executando pressão de forma significativa também no Judiciário, o agronegócio encampa hoje um poderoso “discurso de verdade” (Foucault, 2010; 2011), capaz de atrelar elementos cuja força de persuasão é enorme. Dentre esses elementos, destacam-se, por exemplo, (i) a disputa pela ideia de “sustentabilidade”, (ii) a narrativa da modernização, (iii) a bandeira do combate à fome, e (iv) mais recentemente, parece figurar também na linha argumentativa dos representantes do agronegócio uma defesa incólume da legalidade, dos princípios democráticos, do “Estado de Direito”, obviamente não pelas afinidades às bases desses conceitos, mas sim como uma maneira eficiente de travestir os interesses e as práticas dos agronegócios. Essas dimensões, quando apropriadas, entrelaçadas e postas a serviço de determinados interesses específicos, figuram como metáforas mobilizadoras muito eficientes, capazes de convencer a opinião pública e legitimar a expansão de um modelo de produção agrícola e, por extensão, do próprio grupo político ligado ao agronegócio.

Buscando retratar esse processo difuso e complexo de formação discursiva que faz uso de estratégias e canais muito variados para concretizar e colocar em prática um determinado tipo de “história” que enquadra passado, presente e futuro através de uma perspectiva teleológica altamente enviesada, este artigo tem como objetivo mapear um eixo específico desse conjunto capilar por onde o discurso do agronegócio ganha forma. Nesse sentido, o recorte metodológico escolhido diz respeito às mensagens veiculadas na mídia convencional. Entendendo que esse é um canal nada desprezível e que tem papel importante na construção da opinião pública³, foi realizado um acompanhamento de alguns dos principais jornais impressos do país⁴. Foram também avaliadas as informações publicadas no site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), principal entidade de representação do agronegócio atualmente no Brasil⁵.

Como recorte mais pontual para a análise, foi realizada uma seleção de depoimentos da senadora Kátia Abreu, eleita em 2010 pelo estado de Tocantins, e que se apresenta como porta-voz e liderança do agronegócio não só no congresso, mas também no estabelecimento do trânsito de interesses entre agronegócio e a presidência da república. Em menor medida, também foram analisados alguns depoimentos de Blairo Maggi, empresário e ex-governador do Estado de Mato Grosso (2003 a 2007 e 2007 a 2010), considerado um dos maiores responsáveis pelo avanço da fronteira agrícola e pelo desmatamento da floresta amazônica, é conhecido também pelo apelido de “rei da soja”. As enfáticas declarações proferidas por Kátia Abreu e Blairo Maggi são exemplos consistentes de como a bandeira do agronegócio investe energias para se mostrar como opção única, como verdade absoluta, ao mesmo tempo em que encobre práticas nada sustentáveis, muitas vezes ilegais, que encaminham o país para à manutenção do perfil agrário-exportador e que, em definitivo, não contribuem para a segurança alimentar do país.

A título de organização das discussões, este artigo está dividido em cinco partes. A primeira trata-se desta pequena contextualização e apresentação da proposta em questão. A segunda, a terceira e a quarta seções procuram apresentar os fragmentos extraídos dos jornais, bem como realizar algumas análises e discussões temáticas acerca dos mesmos, acionando uma literatura que nos permitirá pensar tais questões como componentes de uma construção discursiva bastante específica, sustentada por interesses e visões de mundo peculiares. Por fim, a quinta e última seção deste artigo buscará refletir brevemente sobre

² A respeito da capilaridade do setor do agronegócio no legislativo, em especial, dos trabalhos da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida popularmente como “bancada ruralista”, ver Intini e Fernandes (2013).

³ Um trabalho interessante e recente que utilizou as notícias veiculadas na mídia, local e nacional, como forma de mapear as formas como o agronegócio se impõe, no caso específico, com relação à questão agrária, é a dissertação de Tiago Cubas (2012) que retrata as inúmeras nuances da disputa semântica em torno da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo.

⁴ Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Valor Econômico.

⁵ O trabalho de clipping de notícias foi realizado no período de junho de 2012 a janeiro de 2014, e fez parte de um conjunto de atividades de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/UFRRJ/CPDA), do qual o autor é membro e atua como assistente de pesquisa.

material apresentado a partir de alguns conceitos propostos por Foucault (2010), no sentido de compreender tal processo como uma produção discursiva própria ao agronegócio, que busca configurá-lo, a partir de uma conotação benfazeja, como “verdade” incontestável e irrevogável.

Sustentabilidade, produtividade e o “ambientalismo republicano”: as muitas formas de apropriação de um conceito em disputa.

A ideia de sustentabilidade parece sempre ter estado em disputa. Desde o início da década de 1990, quando começa a ganhar espaço, principalmente no escopo das discussões sobre novos modelos de desenvolvimento, a sustentabilidade adentrou aos mais diversos tipos de discursos, configurando uma espécie de obrigatoriedade de se levar em conta tal dimensão nos dias atuais, mesmo que como retórica e independentemente da área ou assunto de que se esteja tratando.

Para uns, é justamente por esse uso indiscriminado e pouco preocupado com a essência do conceito que a ideia de sustentabilidade teria se tornado cada vez mais um termo sem sentido. Para outros, (e é isso que mais nos interessa aqui), pelo contrário, essa grande difusão de modos de apropriação da ideia de sustentabilidade (ou da “questão ambiental”) parece indicar outro processo, menos preocupado com o que de fato seria a sustentabilidade como um conceito e mais interessado no potencial de mobilização que tal ideia garante junto à sociedade.

Para iniciarmos as apresentações dos fragmentos selecionados nos periódicos analisados, acredito ser interessante começar por uma frase bastante contundente da senadora Kátia Abreu, em um artigo publicado na Folha de São Paulo cujo título é “Ambientalismo Republicano” e que exemplifica de maneira clara o que estamos chamando atenção: “O termo sustentabilidade é bom de marketing, está na moda, mas não tem referencial concreto em nosso universo mental. Trata-se de palavra criada para a ela atribuímos um significado”. (ABREU, 2012l, Não paginado).

A indefinição da ideia de sustentabilidade configura-se como um impulso para tal processo de apropriação difusa e abre espaço para o uso indiscriminado do termo, ao mesmo tempo em que permite um processo de mobilização da opinião pública, alimentado também pela imprecisão do termo. O termo sustentabilidade possui um potencial intrínseco de mobilização, capaz de revestir práticas nada responsáveis, ambiental e socialmente, em “práticas sustentáveis”. Ou seja, a adjetivação “sustentável” é genérica, e, por essa razão, é capaz de articular ou convencer diferentes grupos na sociedade, que não necessariamente se preocupam com o que de fato seria a sustentabilidade, mas que entendem que o uso desta palavra indica algo bom, algo que é responsável com relação à natureza.

Além desse cenário de diversificação do uso do termo, vemos também operar um processo de busca pela “verdadeira sustentabilidade”, que opõem não exatamente pontos de vistas ou interpretações sobre o conceito de sustentabilidade, mas sim atores e grupos sociais com interesses divergentes que entram em conflito, ou dão sequência a conflitos anteriores, através da disputa pelo termo sustentabilidade. “Não é preciso provar nada. Basta erguer a bandeira sagrada da defesa da natureza e afirmar que o código aumentará o desmatamento e anistiou infratores. Duas mentiras, ditas com o maior cinismo.” (ABREU, 2012g, Não paginado).

Na frase acima, Kátia Abreu busca desconstruir a imagem do grupo opositor, o qual é portador de interesses contrários aos do agronegócio. Especificamente neste caso, a senadora argumenta contra o movimento ambientalista e sua resistência ao projeto do Novo Código Florestal, e, ao fazê-lo, tenta também desqualificar a ideia de sustentabilidade mobilizada por esse grupo, tencionando a disputa semântica a seu favor.

É também neste intuito de se fazer valer como grupo portador do “bastião da sustentabilidade”, que Kátia Abreu lança mão do termo, “ambientalismo republicano”, no sentido de criticar a até então “situação de monopólio” que, segundo ela, imperava no que tange às questões ambientais no Brasil, muito em função da ausência antes existente da

representação dos interesses do agronegócio nas instâncias de tomada de decisão acerca das questões ambientais. Hoje o cenário é radicalmente distinto, sendo que toda e qualquer discussão a respeito da temática ambiental, em especial àquelas que se relacionam à regulação do uso da terra e dos recursos naturais, é rapidamente pautada pelo forte poder de influência que os representantes do agronegócio dispõem.

Nesse sentido, percebe-se um esforço de grande magnitude do agronegócio para se atrelar à bandeira da sustentabilidade. Algo como, *se não é capaz de vencê-lo, junte-se a ele*. Ou melhor, reapropriando o dito popular ao contexto em questão, *se não é capaz de vencê-lo, aproprie-se dele*. Ou seja, para eximir-se das inúmeras críticas impostas pelo movimento ambientalista no que diz respeito ao caráter degradante e concentrador de terras do modelo agrícola implementado pelo agronegócio, opta-se pela negação da crítica e pela apropriação da bandeira de luta de quem critica. Nas palavras de Kátia Abreu:

Eu temia agressão física no (Ministério do) Meio Ambiente; os radicais agora perderam espaço para o ‘ambientalismo republicano’. (...) A coexistência entre produção e preservação confere tranquilidade ao campo, agrega valor à produção sustentável e não esvazia o verdadeiro movimento ambientalista republicano, cuja vigilância, mais do que útil, é fundamental a qualquer sociedade. (ABREU, 2012I, Não paginado).

A trajetória do senador Blairo Maggi também é interessante de se observada levando em consideração esse processo de apropriação do discurso ambiental pelos representantes do agronegócio. Em que pese o seu histórico como latifundiário e grande produtor de soja, que lhe rendeu o apelido de “o rei da soja” e o prêmio Motosserra de Ouro, concedido em 2004 pela ONG Greenpeace, quando ainda era governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, muito provavelmente por preocupações políticas, parece ter mudado sua estratégia e buscou reconstruir sua imagem pública, fazendo-se como um homem público “defensor do meio ambiente”. Se, em 2003, em uma reportagem editada pelo *The New York Times*, Maggi ainda declarava que *“um aumento de 40 por cento no desmatamento não significa nada, e eu não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui”*, anos mais tarde, como podemos ver nos trechos abaixo, é nítida a mudança de orientação de Maggi, embora saibamos que a mesma tenha se dado apenas no sentido retórico e com fins políticos bastante claros.

Mato Grosso foi o Estado com a maior taxa de desmatamento do país quando cheguei ao poder. Portanto, o governador deste estado recebeu o Prêmio Motosserra de Ouro. Tal simbolismo me fez perceber que eu deveria focar em mostrar que nós faríamos as coisas de forma diferente. (...) Como governador do Mato Grosso fiz a minha parte. Saí reconhecido pelas ONGs, com as quais tenho uma grande parceria – ainda hoje (ontem) tive visita deles no gabinete e temos participação deles na comissão. (MIDIA NEWS, 2013, Não paginado).

A mudança no relacionamento ocorreu depois de 2007, quando o Rei da Soja se tornou governador (2003-2010) e adotou medidas pró-meio ambiente. “Tenho um trabalho reconhecido, feito a quatro mãos com os setores produtivos. O Mato Grosso é um exemplo de como se produz e se preserva ao mesmo tempo: aumentamos a produtividade enormemente e não elevamos a área de desmatamento”.(MIDIA NEWS, 2013, Não paginado).

Vê-se, portanto, que o agronegócio vem pouco a pouco se inserindo como ator importante no que diz respeito às decisões acerca das questões ambientais. Muito desse movimento, encapsulado na ideia de sustentabilidade, está ligado a outras questões mais pontuais e vitais para a reprodução dos interesses do agronegócio. Por exemplo, no caso do Código Florestal, apesar do que por vezes foi veiculado nas declarações dos representantes do agronegócio sobre a máscara da “agricultura sustentável”, da “produção sustentável”,

etc., o que na realidade esteve em jogo para este grupo é a questão fundiária, que nunca deixou de ser um gargalo importante para a ampliação do modelo agrícola do agronegócio.

Outro exemplo bastante claro nesse sentido refere-se ao debate sobre o uso de agrotóxicos, que, tratados com um eufemismo impróprio, assume a denominação de “*produtos fitossanitários*”, nas palavras de Kátia Abreu. “O uso desses produtos não é uma opção. É uma imposição para proteger a nossa agricultura tropical das pragas e das ervas daninhas, assim como é fundamental para melhorar a produtividade das lavouras, em qualquer parte do planeta”. (ABREU, 2012j, Não paginado).

Neste caso específico, a questão a qual estamos chamando atenção fica ainda mais evidente. A mesma agricultura que evoca-se insistentemente como sustentável, “exige” a utilização de uma série de substâncias químicas extremamente danosas à natureza e à saúde humana, e que despende ao país anualmente, como mesmo diz Kátia Abreu na reportagem do fragmento acima, nada menos que R\$ 15 bilhões na compra de tais produtos. Por vezes a movimentação financeira desse montante em compras de agrotóxicos também é tomada como um fator positivo nas declarações da senadora, em nome da valorização de um mercado significativo da economia brasileira, negligenciando completamente os males que esses produtos trazem à saúde pública e ao meio ambiente e também a enorme concentração em cartel de empresas estrangeiras que monopolizam o mercado de insumos agrícolas⁶.

Aqui se observa também mais um procedimento muito hábil de mudança de foco no debate. Enquanto a crítica se esforça em verificar os problemas ambientais e os danos causados à saúde pelo uso dos agrotóxicos, a opção de resposta, ou melhor, de não-resposta, é desviar o foco do debate e contra-argumentar calcando-se na necessidade de manutenção dos “*índices de produtividade*”, outra ideia-força, também com viés economicista, que tem apreciação quase que garantida na opinião pública.

Não é preciso muito esforço para entender o porquê a bandeira da “produtividade”, em se tratando de alimentos, tem tanto apelo público. Em um país onde a insegurança alimentar ainda é uma realidade preocupante, a defesa da produção de alimentos em larga escala parece ser quase irrevogável. De todo modo, sabe-se que a produção proveniente do agronegócio é extremamente concentrada em alguns poucos gêneros, como, por exemplo, soja, cana, café, algodão (HEINBERG, 2009), sendo a maior parte da produção destinada à exportação, no caso brasileiro. O Censo Agropecuário de 2006 demonstra que cerca de 70% dos alimentos componentes da dieta média dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar. Porém, o senso comum tende quase que inevitavelmente a associar a expansão do agronegócio como uma estratégia consistente e bem estruturada de se combater o problema da fome, mesmo que as evidências apontem justamente o contrário.

É grande equívoco separar produção agrícola do universo da preservação. A agricultura é uma das atividades ambientalmente mais sustentáveis. Não fosse assim, não se produziria mais trigo no Velho Mundo, passados milênios de safras consecutivas⁷ (...) A coexistência entre produção e preservação confere tranquilidade ao campo, agrega valor à produção sustentável e não esvazia o verdadeiro movimento ambientalista republicano, cuja vigilância, mais do que útil, é fundamental a qualquer sociedade. (...) Agricultores e pecuaristas eram vendidos à opinião pública como vilões do ambiente no Brasil, e não como trabalhadores e empresários que produzem alimentos. (ABREU, 2012i, Não paginado).

A força da conjunção entre as ideias-força sustentabilidade e produção de alimentos (ou combate à fome), ganha ainda maior peso quando articulada a uma linguagem específica, de fácil acesso ao público em geral e que utiliza elementos e metáforas de forte

⁶Análises mais consistentes acerca do debate sobre agrotóxicos pode ser encontrada nos materiais produzidos pela Campanha Permanente Contra o Uso dos Agrotóxicos e Pela Vida - www.contraosagrototoxicos.org.

⁷Para uma visão contrária a cerca dos desdobramentos e transformações históricas na produção de trigo a partir dos efeitos da Revolução Verde, ver Perkins (2007).

apelo, cognitivamente atrativas. Refiro-me ao fato do agronegócio utilizar como estratégia de marketing uma associação entre agricultura e futebol, denominada “Time Agro Brasil”, um desdobramento aprimorado do que ficou conhecido nacionalmente como “Movimento Sou Agro”, através da vinculação de mensagens pró-agronegócio em rede nacional com a participação de artistas e figuras conhecidas popularmente (BRUNO, 2012).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, lançam, na TV, a campanha Time Agro Brasil. Estrelada pelo Rei Pelé, vai mostrar ao Brasil e ao mundo que também somos campeões no campo da agropecuária – 27%,7 do território do País. Campeões na produção de alimentos e na preservação de 61% dos nossos seis biomas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2012c, Não paginado).

Esta articulação, para além de fortemente imagética, também se dá através da linguagem adaptada. Como dito, o intuito central é acessar uma parcela significativa da sociedade no intuito de persuadi-la à “causa” do agronegócio, tornando-o uma questão familiar e de aceitação mais perene na opinião pública. Isso fica ainda mais claro e evidente quando comparamos o texto apresentado a seguir com outros publicados pela senadora, onde é possível perceber uma transformação do vocabulário utilizado, muito diferente de outros textos⁸ onde faz inclusive inflexões pseudo-filosóficas para discutir determinadas questões de seu interesse.

Temos mais de cinco milhões de craques, que são nossos produtores rurais, que devem jogar junto com a pesquisa, com a tecnologia, com as políticas para o campo. Em agricultura, estamos na primeira divisão mundial e devemos ter um time bem preparado. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2012c, Não paginado).

Não bastasse o futebol, o carnaval também já foi objeto de veiculação da imagem do agronegócio. Sem adentrar em detalhes acerca do processo através do qual tal aproximação foi feita, o fato é que a Vila Isabel, campeã do concurso de escolas-de-samba do Rio de Janeiro no ano de 2013, teve como tema de seu samba-enredo a agricultura, e foi financiada pela BASF, uma das principais empresas produtoras de insumos químicos agrícolas. Isso demonstra uma intencionalidade cada vez mais crescente de difundir, naturalizar e normalizar as práticas, os instrumentos e o *modus operandi* do agronegócio no dia-a-dia popular, tornando-o cada vez mais aceitável, mais cotidiano, mais normal.

A panaceia da modernização: “porque o agricultor familiar precisa de tecnologia!”.

Outro argumento quase onipresente nos discursos colocados em prática pelos representantes do agronegócio diz respeito à associação constante deste a uma ideia particular de modernidade e de progresso. Não apenas do ponto de vista da opinião pública em geral, mas também em meios mais especializados de produção de conhecimento e informação, esses elementos apresentam-se como códigos cognitivos “consistentes” e “sedutores” que embasam e dão sustentação a uma ideia de sociedade em movimento, que estaria rumando a um futuro melhor e isento dos problemas do passado e do presente. Configura-se o que James Scott (1998) chamou de *ideologia da modernização*, calcada em um discurso apologético posto em prática através de ideias-forças que se difundem e passam a orientar a ação e intervenção, sem que existam reflexões críticas sobre o que se faz. Dentre os principais elementos dessa ideologia da modernização, estão alguns chavões

⁸ Nesse sentido é válido notar o vocabulário empregado no artigo “Desde os tempos da onça”, publicado pela senadora na Folha de São Paulo, no dia 05 de janeiro de 2013.

como, por exemplo, “progresso científico”, “expansão da produção”, “crescimento” e, porque não, “desenvolvimento”. A própria ideia de desenvolvimento é também outra ideia-força bastante utilizada, que qualifica e garante a autoridade e a “asepsia política” necessária para que um discurso, independente dos interesses que ele esteja carregando, se espraie e ganhe aceitação em diferentes contextos, em diferentes públicos, na maioria das vezes, obscurecendo a dimensão política que lhe é constituinte (Ferguson, 1994).

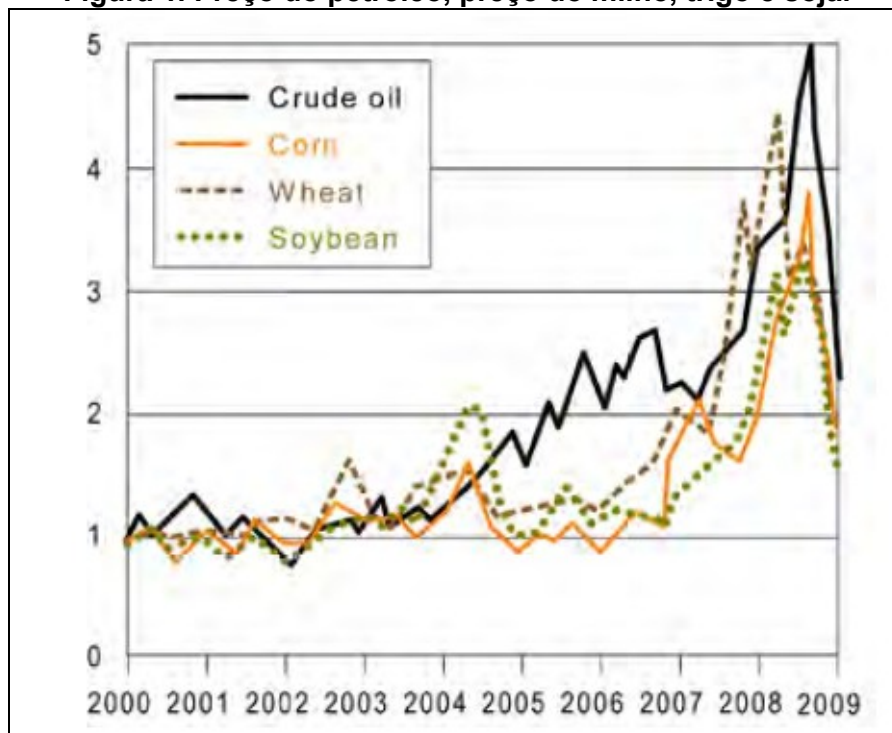
Negar uma proposta que se diz moderna, que promete trazer o desenvolvimento e que caminha rumo ao progresso seria voltar-se para trás; seria negar o “fluxo natural” que orienta a ação em direção ao futuro moderno. Ou seja, tais conceitos carregam consigo uma força quase que irrefutável do ponto de vista desta narrativa teleológica calcada na necessidade imposta ao ser humano de “desenvolver-se” a todo custo. Essa ideia-força é manuseada e apropriada em distintos contextos e mobilizada por variados discursos de interesse. No caso do setor do agronegócio, podemos ver um exemplo claro dessa apropriação nas palavras de Kátia Abreu: “O Brasil realizou extraordinários progressos nos últimos 20 anos. Em muitos aspectos, não somos mais o eterno país do futuro. No entanto, acumulamos tantos atrasos em relação ao mundo desenvolvido que continuar crescendo é, para nós, um imperativo.” (ABREU, 2012e, Não paginado).

Para além do imperativo do desenvolvimento, ou melhor, do imperativo do desenvolvimento como crescimento, vale também ressaltar para a noção unilinear em que tal proposta é propalada. Às avessas ao que propôs Hirschman (1971) com a ideia das “sequências invertidas”, as quais abririam um leque de possibilidades e caminhos bastante heterogêneos para se trilhar os rumos (no plural, propositalmente) do desenvolvimento, assistimos ainda a evocação de um modelo *etapista*, que exige que passemos pelos mesmos caminhos das trajetórias de países hoje tidos como desenvolvidos, mesmo que o contexto e as possibilidades concretas sejam outras.

Os países ricos podem começar a especular sobre como empregar suas populações numa economia de baixo crescimento, pois suas sociedades têm um nível de consumo muito elevado, sob qualquer ponto de vista. Mas nós, que estamos na América Latina, na Ásia e na África, ainda precisamos de muito crescimento para dar às nossas sociedades um padrão decente de vida e de bem-estar. (ABREU, 2012e, Não paginado).

Vejamos então como os representantes do agronegócio acoplam a seu discurso vários desses elementos de persuasão e os ordenam de modo a corroborar com determinados interesses específicos. O primeiro ponto que podemos tomar para o debate resgata a discussão sobre a blindagem do discurso do agronegócio por meio da “máscara” da produção de alimentos, e associa esse elemento diretamente ao padrão tecnológico utilizado pelas iniciativas do agronegócio. “Foram o acesso à tecnologia e a difusão do conhecimento científico aplicado à agricultura que evitaram, todos esses anos, carestia, crise de abastecimento e ameaça à estabilidade política.” (ABREU, 2012d, Não paginado). “O Brasil ainda tem uma extensa área para o cultivo de alimentos. Se olharmos para o futuro, teremos um papel fundamental quando o mundo precisar de mais alimentos do que consome hoje. Para isso, a tecnologia é importantíssima”. (SITE OFICIAL SENADOR BLAIRO MAGGI, 2014, Não paginado).

Ora, não foi esse mesmo processo de difusão tecnológica calcado nos princípios da Revolução Verde que desencadeou uma das mais significativas crises no sistema agroalimentar nos anos recentes, em 2008 e 2009? A figura a seguir mostra como o preço dos alimentos segue muito proximamente o comportamento do preço do petróleo.

Figura 1. Preço do petróleo, preço do milho, trigo e soja.

Fonte: Heinberg, 2009.

Como bem demonstra Heinberg (2009), isso decorre em função do modelo tecnológico de produção agrícola que hoje é utilizado em larga escala, estruturado e dependente dos combustíveis fósseis. A agricultura com base nos princípios da Revolução Verde prega um modelo de produção agrícola onde a utilização de máquinas (gasolina, diesel, etc) e de insumos químicos (fertilizantes a base de amônia, principalmente) são peças fundamentais, o que vincula a “produção de alimentos” a outras áreas da economia, tornando-a dependente e vulnerável a abalos e desestabilizações.

Outra questão mobilizada pelo discurso do agronegócio e que esta diretamente relacionada à “temática da modernização” é a narrativa que contrapõem urbano e rural, enquadrando o primeiro como sinônimo de progresso, de modernidade e desenvolvimento, e o segundo como o ambiente do atraso, como o espaço das práticas arcaicas. Obviamente, ao fazer referência a esse “senso comum”, o intuito de Katia Abreu, como veremos no fragmento a seguir, é precisamente justificar a necessidade de adoção de determinado padrão tecnológico, o qual seria capaz de “trazer o progresso”.

Após o enriquecimento no meio urbano, chegou a hora de o campo também colher os frutos do avanço do país (...) É preciso dar a todos condições iguais de acesso a insumos tecnológicos modernos, democratizando o conhecimento produzido por pesquisadores país afora, em especial na Embrapa, nas nossas excelentes universidades rurais e em um número cada vez maior de empresas privadas. (ABREU, 2012a, Não paginado).

Ao tratar o rural como arcaico, no sentido de um “vazio” que necessitaria ser preenchido com conhecimento e tecnologia “de ponta”, Kátia Abreu negligencia toda e qualquer experiência de produção de tecnologias através de sistemas locais de conhecimento e inovação (SABOURIN, 2001), mais adaptados às realidades locais e elaborados com base na diversidade do conhecimento tradicional dos agricultores.

Explorando mais a fundo a contraposição urbano/rural, no sentido atribuído de moderno/arcaico, Katia Abreu ainda faz um apelo à necessidade de divulgarmos que o rural estaria deixando de ser arcaico, justamente por esse *boom* de difusão tecnológica atinente aos anos recentes. Segundo a senadora, não seria mais possível tomar o rural como

representação do atraso, uma vez que o agronegócio (vejam que não é o rural como um todo, mas apenas o setor do agronegócio) estaria capitaneando um “processo de modernização” capaz de mudar esta situação. Estaria, portanto, trazendo o progresso para o campo.

Só que essa verdade incontestável e estatisticamente demonstrável (o agronegócio), que faz da vida rural, combinada com tecnologia, uma novidade material e econômica, ainda não tem, para toda a sociedade, a visibilidade simbólica que lhe faça justiça. (...) outros fingem não saber, por má-fé e apego aos mitos do país arcaico, o que reduz o ímpeto do crescimento do Brasil. (...) Falar de agricultura no Brasil atual é discorrer sobre um universo rural de alta tecnologia, do qual a população urbana desfruta, mas pouco vê. (ABREU, 2012d, Não paginado).

Mais do que categorizar o outro⁹ a partir de uma conotação negativa, referente ao atraso e ao arcaico, negando uma série de dimensões complexas do modo de vida camponês, o que parece pregar o discurso do agronegócio é justamente a anulação, seguida da incorporação do outro, como uma espécie de estratégia que mescla autoafirmação e negação. Nas palavras da senadora, tratar-se-ia de “*convencer gradativamente o país que o moderno deve assimilar o arcaico e torná-lo disfuncional e desnecessário.*” (ABREU, 2012k.)

Ainda a respeito deste “efeito padronização” (SCOTT, 1998), desencadeado pela implementação da Revolução Verde com princípio orientador do modelo de produção agrícola, é interessante também notar como, no discurso dos representantes do agronegócio, a figura da “gestão empresarial” assume destaque importante. Um indício significativo disso é a recente parceria do setor com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), justamente no sentido de avançar a fronteira do modelo tecnológico e do padrão do agronegócio em direção aos agricultores familiares ou camponeses. “Nós queremos ajudar o pequeno agricultor a produzir e a ter renda como o médio e o grande produtor. Estamos sugerindo um programa para ajudar esse produtor a cuidar da propriedade como se ela fosse uma empresa” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2012a, Não paginado).

À custa da diversidade e da heterogeneidade dos modos de vida camponês (PLOEG, 2008), vê-se configurar um modelo orientado à produtividade, sedimentado em noções gerenciais de “eficiência”, “custos”, “empreendedorismo”, alheios à realidade do camponês e suas tradições, no sentido de que não atentam para a pluralidade de dimensões que envolvem a gestão de uma propriedade agrícola a partir de outras racionalidades complexas, próprias aos camponeses e distintas deste modelo fundado na “gerencial-produtividade”.

De todo modo, qualificar um camponês como “agricultor empreendedor”, ou melhor, fazer com que ele deixe de ser um camponês e torne-se um “produtor empreendedor”, é um processo de adjetivação deveras sedutor e coloca-se como um elemento significativo de persuasão no discurso do agronegócio, abrindo espaço para a entrada não só da ideia de empreendedorismo em si, mas também de uma série de práticas e tecnologias que passam a se impor sobre a realidade do agricultor. No sentido do que chamam atenção Pinch e Bijker (2008), tratar-se-ia de um processo em que não só o discurso, mas um determinado padrão tecnológico se impõe sobre os outros, estabelecendo hierarquizações funcionais e organizando as relações entre os indivíduos, de modo também semelhante ao que Foucault (2010) entende por tecnologias e dispositivos de poder. Ou seja, mais do que a simples mudança dos instrumentos tecnológicos é preciso compreender tal fenômeno como uma maneira de reordenamento das relações sociais e das formas que se configuram como permissíveis e pensáveis para a ação e a interação.

Não nos faltam exemplos para ver como o elemento da modernização permeia o discurso dos representantes do agronegócio. Vejamos mais alguns. O caso dos projetos de

⁹ No caso o camponês do não-agronegócio, mesmo que essa ideia seja também muito genérica.

expansão portuária, amplamente debatidos nos anos de 2011 e 2012, é peculiar nesse sentido. Sabe-se que a dimensão do escoamento da produção, juntamente com a questão logística e dos transportes, compõem hoje um dos principais gargalos do setor do agronegócio, muito em função da ampliação das áreas agricultáveis para regiões que anteriormente não eram foco da atividade do agronegócio, e que, por essa razão, não possuem a infraestrutura necessária no pós-colheita.

Exemplo típico disso é a situação das novas fronteiras agrícolas, como a região que recentemente ficou conhecida como MAPITOBA, um recorte geográfico que engloba parcelas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, e que não possui (ainda) uma estratégia dinâmica para escoar a produção agrícola, sendo que a mesma necessita seguir para os portos da região sul e sudeste para continuar o caminho do mercado internacional.

Figura 2: Mapa da região do MAPITOBA



Fonte: Agra FNP, Conab, Icone e Ministério da Agricultura

Ocorre que, em função das distâncias percorridas e dos meios de transportes utilizados (na grande maioria das vezes, o modal rodoviário) o preço do produto agrícola do agronegócio brasileiro eleva-se a um patamar muito alto em comparação com os outros países no comércio internacional, o que configura uma desvantagem competitiva de relevância para o setor.

À custa desse interesse específico, muito empenho político foi mobilizado para a construção de novas vias de escoamento da produção. Um caso emblemático¹⁰ retratado na tese de Maria do Socorro Lima (2008) diz respeito à hidrovia do Rio Madeira, construída no meio da floresta amazônica, comprometendo áreas legais de preservação ambiental e favorecendo a pressão da fronteira agrícola sobre a região da Amazônia Legal, principalmente na divisa entre o norte de Rondônia e o sul do Amazonas. Vê-se, no caso, que enquanto o discurso propala o “desenvolvimento”, o que ocorre na prática é a concretização de complexos projetos de infraestrutura para solução de um problema específico, ou melhor, do interesse econômico de um grupo específico que se coloca como representante maior dos interesses da nação.

Atente-se para o fato de que o título do artigo, do qual o trecho apresentado abaixo foi extraído, é “*Os benefícios do consenso*”, aludindo à ideia de que tais empreendimentos seriam de interesse público.

As áreas de produção do interior do Brasil serão ligadas por ferrovia a todo o sistema portuário, do Sul ao Nordeste e ao Norte, criando amplo leque de

¹⁰ Este já em outro fluxo fronteira agrícola, relacionado à expansão da atividade agropecuária, em especial da soja e da bovinocultura em regime extensivo, partindo do Centro-Oeste em direção à região Norte do Brasil.

opções que vão reduzir os custos de transportar e embarcar mercadorias. Além disso, uma rede de rodovias modernas servirá para integrar mais ainda todo o território nacional, encurtando distâncias, favorecendo os contatos e ampliando mercados. (ABREU, 2012c, Não paginado).

Sem pretensão de exaustão do debate, podemos tratar de mais um tema que se relaciona com as discussões desta seção e que se mostra como uma questão de significativa importância na atualidade. Trata-se do debate em curso a respeito do futuro da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil.

Como um instrumento de acesso aos agricultores e intervenção em seus modos de vida e às práticas do processo agrícola, a ATER foi historicamente (e ainda é) um dos principais meios de difusão tecnológica, sendo um dos principais vetores utilizados para colocar em voga os princípios da chamada Revolução Verde. A partir de uma abordagem de convencimento/persuasão/difusão, foram sendo gradativamente substituídas as práticas tradicionais (muitas delas, ecológica e socialmente adaptadas ao contexto em que se inseriam) pelas práticas agrícolas ditas “modernas”.

Em 1990, durante governo Collor, foi extinta a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) que se apresentava como o órgão público responsável pelo serviço de ATER no país. Desde então, a prestação desse serviço ao agricultor ficou carente de uma coordenação a nível nacional, deixando a realização da ATER sob responsabilidade dos estados, na maioria das vezes por meio das EMATERs estaduais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que, com quase nenhum recurso, pouco puderam fazer.

Mas creio ser importante voltarmos um pouco na história para entendermos o que foi a ATER no Brasil, e porque ela se mostra hoje como um tema em disputa. A ATER, como política pública, tem origem em meados dos anos 70, ainda na ditadura militar, mais especificamente no governo Geisel, quando se decide estatizar as atividades de assistência técnica, que até então vinham sendo promovidas por agentes privados, vinculados às empresas internacionais do setor agrícola, no caso, aquelas responsáveis (e interessadas) pela difusão da Revolução Verde.

Como aponta Antonio Gomes Barbosa, ao refletir sobre a evolução da ATER no Brasil, *“se no discurso, a extensão rural seria dirigida para a agricultura como um todo, a proposta de ‘desenvolvimento’ foi direcionada para os produtores médios e grandes, enquanto a agricultura familiar se mantinha marginalizada”* (2009:41)

Embora saibamos que os agricultores familiares não tenham sido o foco direto das ações da ATER governamental nesse período, não podemos descartar o papel da assimilação direta e indireta dos chamados “pacotes tecnológicos” da Revolução Verde e muito menos a capacidade das empresas do setor agropecuário em difundir suas novas tecnologias de maneira capilar, conseguindo acessar os agricultores (grandes, médios e pequenos) em contextos muito adversos.

Um exemplo clássico de assimilação involuntária é o caso das sementes transgênicas. O controle das sementes transgênicas sempre foi muito precário, e os agricultores que acessavam esse tipo de tecnologia não tinham muitos instrumentos para evitar a hibridização dessas sementes com as suas sementes crioulas. Com o passar do tempo, tornou-se cada vez mais difícil encontrar e preservar as características genéticas das sementes crioulas, o que induziu forçosamente os pequenos agricultores a aderirem ao pacote tecnológico (agrotóxicos e fertilizantes químicos, principalmente), necessário para os contextos de utilização de sementes transgênicas.

Como dito acima, atualmente o debate sobre ATER parece ganhar força novamente. Desde 2003, com o início do primeiro governo Lula, as discussões sobre ATER foram retomadas, muito em função do *status* de relativo destaque que o tema da agricultura familiar ganhou naquela ocasião. O fato é que não é só o público ligado a agricultura familiar

que vem demonstrando interesse na construção da nova política de ATER¹¹. O setor do agronegócio se mostra bastante atuante e interessado nessa temática nos tempos mais recentes. Vejamos alguns depoimentos da senadora Kátia Abreu a esse respeito.

Parece ter chegado a hora de recriar, de forma moderna, baseados em meritocracia, os sistemas de extensão rural no Brasil. O governo federal merece nosso aplauso por essa iniciativa de longo alcance. (...) Extensão e assistência técnica reduzirão o abismo entre os que praticam a boa gestão e os que nem sequer a conhecem, tirando milhões de agricultores da pobreza. (ABREU, 2012a, Não paginado).

Só há uma saída: a modernização da agricultura familiar, com a adoção de tecnologias adequadas. Sem a geração e a difusão de tecnologia, não adianta buscar soluções revolucionárias ou reacionárias, mágicas ou esotéricas.” (ABREU 2012f, Não paginado).

Uma das várias estratégias que o setor do agronegócio vem utilizando para colocar em prática (ou manter em prática, visto que nunca se extinguiu, pelo menos na dimensão do serviço privado desenvolvido pelas empresas do setor) um serviço de assistência técnica correspondente a seus interesses, é a parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que vem servindo como um mecanismo de acesso aos agricultores familiares. O que parece estar em curso é um processo de intensificação dos esforços do agronegócio em direção à agricultura familiar, não no sentido de “destruí-lo” ou de fazê-lo “sucumbir”, mas sim no sentido de incorporá-lo, de assimilá-lo à lógica de funcionamento do agronegócio, estabelecendo uma série de conexões que, se não anulam, pelo menos conformam de modo significativo as estratégias de reprodução camponesa. Vejamos, por fim, mais alguns trechos que ilustram o que estamos dizendo: “Essa nova política pública, capaz de democratizar o acesso à tecnologia e modernizar a agricultura familiar e as pequenas propriedades pode ser o principal fator de inibição do arcaico que ainda persiste em várias regiões.” (ABREU, 2012a, Não paginado). “O grande desafio é ampliar o número de produtores que fazem parte do agronegócio de sucesso (...) Aumentar, fortalecer e consolidar uma classe média rural deve ser o esforço de todos, como foi com a classe média urbana.” (ABREU, 2012k, Não paginado).

Do Estado como epicentro dos problemas ao Estado como “salvação da lavoura”.

Esta seção, como o próprio título já indica, tem como objetivo tratar sobre o que vem sendo veiculado nos discursos produzidos pelos representantes do agronegócio acerca da relação desse setor com o Estado. Se, por um lado, vemos declarações fortes em prol da ideia de “Estado mínimo” e do um desmonte progressivo das estruturas estatais, que, no caso, deveriam ser substituídas pela intervenção dos atores privados; por outro lado, não é incomum percebermos, nas mesmas formações discursivas, elementos que indicam a enorme dependência do setor do agronegócio com relação ao Estado. De modo complementar a essas discussões, veremos também como os discursos do agronegócio mobilizam uma série de conceitos e ideias com alto poder de mobilização e de convencimento da opinião pública. Dentre esses conceitos, merece razoável destaque a utilização dos termos “debate público” e “segurança jurídica”, conforme veremos adiante.

A discussão acerca do papel e do tamanho do Estado não é nova. Por conta da onda neoliberal e dos receituários de reforma do Estado, oriundos principalmente das cartilhas de

¹¹ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de ATER e a sociedade civil organizada, e foi instituída pelo Governo Federal em 2003. Atualmente a política encontra-se em fase de discussão do Sistema Nacional de ATER.

conduta dos organismos internacionais, passamos toda a década de 90 e início dos anos 2000 por momentos de intensas discussões com relação a quais seriam de fato as atribuições do Estado e que tipos de atividades deveriam ficar a seu encargo, bem como quais outras deveriam ser transferidas para a iniciativa privada. Sem entrar mais profundamente neste debate acerca das privatizações, o que gostaria de enfatizar é que o dilema do tamanho do Estado ainda continua vivo, principalmente quando se trata de situações que envolvem o interesse específico de grandes empresas privadas, como é o caso do agronegócio.

Parece que nem todo o peso dos fatos da história tem o poder de arejar certas mentes. A livre iniciativa precisa ser livre e não controlada de perto pela burocracia estatal, que tem sempre a grave presunção de determinar a vontade da população. Um bom exemplo de nossos pontos fortes é o sucesso do agronegócio. Em meio às mais sombrias condições, ele continua a crescer, sendo no momento o único setor cujo dinamismo resiste às crises. (...) E qual é o principal motivo desse sucesso? É uma atividade primordialmente privada. (...) Os frutos da livre empresa vão muito além dos ganhos dos seus proprietários, com resultados sociais nem sempre obtidos pelos órgãos de Estado. Essa é a lição que nos dão os países que tiveram sucesso como economias e como sociedades. (ABREU 2012e, Não paginado).

Mais uma vez, vê-se a capacidade argumentativa de Kátia Abreu na defesa de um ponto de vista específico. No caso, o intuito é enaltecer o papel do setor privado, especialmente as empresas e os produtores do agronegócio, que, segundo a senadora, mesmo em contexto de grande adversidade econômica, conseguem desempenhar suas funções em alto nível. Essas “*adversidades*” são atribuídas ao Estado, à sua morosidade burocrática e à sua “*presunção de determinar a vontade da população*”.

Este último trecho é bastante importante. Perceba que o caminho argumentativo utilizado por Kátia Abreu para legitimar a proposta de autonomia do setor agropecuário às “amarras do Estado” passa por uma espécie de “demonização” do Estado, enquadrando-o como um ente maléfico, que teria como função primordial “*determinar a vontade da população*”. Mais do que isso, vemos ainda uma associação, no mínimo duvidosa, entre a atividade privada do setor agropecuário e uma espécie de “benefício social” que seria fruto direto da mesma.

Em seguida, (e aí é o ponto em que gostaria de chegar) a senadora nos pergunta: “*E qual é o principal motivo desse sucesso? É uma atividade primordialmente privada.*”. Pois bem, tem-se aí um ponto em que é possível identificar o que chamamos acima de paradoxo da relação entre o setor do agronegócio e o Estado, pelo menos ao nível discursivo. Vejamos outras declarações da senadora Kátia Abreu que, quando comparadas com as anteriores, nos trazem algumas dúvidas e inquietações:

O Plano Agrícola e Pecuário 2012/13, lançado na semana passada, deve ser visto como um marco divisório. Reduziu juros, aumentou recursos para custeio e investimento e abriu novos e amplos caminhos que poderão fazer toda a diferença para o agronegócio brasileiro. (...) A primeira e mais profunda mudança de rumo na política agrícola do país é o aumento substancial do seguro rural. O volume era muito modesto e não cobria mais de 5% de nossa área plantada. (ABREU, 2012a, Não paginado).

Redução da taxa de juros, recursos para custeio e investimento, política de crédito, seguro rural, etc. O que são esses instrumentos se não formas através das quais o Estado privilegia (dado que o aporte de recursos nessas políticas não é nada desprezível) e impulsiona o setor do agronegócio? Não se trata, pois, de uma ode à ausência do Estado. Trata-se, na realidade, de um reclame à transformação das formas de ação do Estado, as quais se devem adequar à realidade econômica de contenção do gasto público em investimentos diretos, principalmente em termos produtivos, e privilegiar a dimensão da

regulação macroeconômica, adaptando os instrumentos no sentido da manutenção dos interesses do setor do agronegócio.

Como bem mostram Heredia, Leite e Palmeira, *“as políticas de interesse ao setor passavam notoriamente pelas esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador; a política de comércio exterior (antidumping); a política tributária e a política salarial”* (2010:166) e, é importante acrescentar, pelas estratégias de renegociação das dívidas da atividade agropecuária.

Ao contrário do que prega o “mito do pioneirismo”, o processo de consolidação do agronegócio não se deu de costas para o Estado. Sem a pretensão de remontar as origens da relação entre a agricultura patronal e o Estado (o que transcenderia os objetivos deste texto), é válido que façamos alguns apontamentos, ainda que superficiais, acerca dos processos mais recentes de consolidação e expansão do setor do agronegócio.

Mais uma vez nas palavras de Heredia, Leite e Palmeira, *“não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem, mas também sua expansão. No início, essa presença se traduziu na política de terras (assentamentos), mas logo se manifestou na política de inovações tecnológicas e de pesquisa”* (2010:164) e na política de crédito. Ou seja, a ideia de que o agronegócio adentrou “terras vazias” e que trouxe o “progresso civilizatório”, não pode ser dissociada do papel do Estado no provimento de investimentos públicos que viabilizaram esse processo.

Em termos da expansão das atividades, para além da importância clara do apoio inicial do Estado nas ações citadas acima, existem outros elementos que evidenciam o papel das políticas públicas no fortalecimento do agronegócio. Muito se disse que o esgotamento da política de crédito agrícola, ou melhor, que sua acentuada diminuição nos últimos anos seria um sinal de que o Estado não mais estaria fornecendo o aporte necessário ao setor do agronegócio, e que este estaria caminhando com suas próprias pernas. Porém, apesar da política de crédito agrícola ter, relativamente, perdido importância no contexto atual, o agronegócio passa a se beneficiar de outras políticas públicas que passam a estruturar as estratégias de expansão da atividade agropecuária, especialmente em um processo de flexibilização acerca de uma série de legislações atinentes à questão fundiária.

A questão fundiária é sempre central quando se trata das atividades do agronegócio. Outras duas questões podem ser lembradas, mesmo que rapidamente. O caso do Novo Código Florestal com suas disposições finais claramente em favor dos interesses ruralistas é um exemplo de como o agronegócio pode ser beneficiado em termos de transformações e afrouxamento nas disposições legislativas acerca das condições de uso e ocupação da terra e dos recursos naturais. Outro exemplo é o progressivo sucateamento das já frágeis políticas públicas de reforma agrária nos últimos anos. O governo Dilma assentou menos famílias que os governos Lula e FHC, e, ao que tudo indica, não parece ser algo com potencial de reversão no curto prazo.

Para encerrarmos este primeiro conjunto de discussões nesta seção, podemos apontar mais uma vez para a capacidade de mobilização política que Kátia Abreu possui. A respeito da construção da política nacional de ATER, a qual já nos referimos na seção anterior, vemos que a senadora empenha-se em costurar seus interesses acerca da mesma, e é capaz de juntar em uma mesma reunião cinco ministros, um feito nada desprezível e que demonstra o grau de importância que a CNA conquistou atualmente nas negociações com o Executivo. Há que se ressaltar que os ministros são de pastas do governo ligadas, direta ou indiretamente, a questões sociais e a agricultura familiar.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu, apresentou nesta terça-feira, 17 de julho, com as ministras Gleisy Hoffman, da Casa Civil, Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social, e com os ministros Mendes Ribeiro, da Agricultura, e Pepe Vargas, do Desenvolvimento Agrário, para apresentar o modelo de Agência de Extensão Rural com Meritocracia. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2012a, Não paginado).

O segundo conjunto de elementos que gostaríamos de apresentar nesta seção diz respeito à mobilização de alguns conceitos e ideias-força que, juntamente com todos os outros apresentados até aqui, conferem ao discurso do agronegócio alto poder de persuasão e convencimento, e parecem ter a capacidade de colocar um “ponto final” em uma série de debates que, na realidade, estão muito pouco definidos. Vejamos então, como exemplo primeiro, a maneira como a ideia de “debate público” vem sendo empregada nos depoimentos da senadora Kátia Abreu. Não se trata de exigir rigorosidade, nem de debater conceitualmente o termo. O que nos interessa é entender por quais propósitos tal elemento é acionado. “As 19 condicionantes resultaram de amplo e consistente debate, político e jurídico, que a AGU, a seguir, resumiu em parecer, que embasou a presente portaria” (ABREU, 2012b, Não paginado)

Chega-se ao fim de um longo processo de discussão e votação democrática, que durou mais de uma década e que, sem dúvida, faz da nossa lei florestal o mais debatido de nossos estatutos legais. Os temas foram objeto de amplo e transparente contraditório, refletido em larga escala pelos meios de comunicação. É hora de darmos por findo esse debate e nos prepararmos para por em prática a nova lei. A busca interminável da perfeição em matéria de questões humanas é a maior inimiga dos bons resultados. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA, 2012b, Não paginado).

A primeira citação diz respeito à questão da demarcação de terras indígenas e o conhecido caso Raposa Serra do Sol que trata basicamente de questões de ordem fundiária. Já o segundo trecho, como é possível perceber no texto, diz respeito ao Novo Código Florestal. O que ambas têm em comum é o fato de que são qualificadas por Kátia Abreu como questões que foram objeto de “amplo debate público”. Mas, perguntaríamos nós, em que termos tal debate foi realizado? A mídia, como todos sabem, veicula as notícias a partir de um olhar específico, muito longe da neutralidade. No congresso, onde a bancada ruralista tem cada vez mais poder de influência e decisão, são estabelecidos os termos e o conteúdo do debate, e colocados na berlinda todo e qualquer intento de oposição. De fato, não foram suficientes as inúmeras manifestações provenientes de diversos grupos e movimentos, pois o debate ficou mesmo circunscrito a um domínio específico nada acessível.

Não caberia aqui entrar em um debate sobre representação política, mas apenas gostaríamos de apontar a fragilidade e a capacidade de manobra que certos grupos possuem no que tange à condução do fluxo de discussões de certos assuntos que de fato são de amplo interesse público. Quando as negociações apontam para um cenário que tende aos interesses do setor do agronegócio, parece ocorrer um movimento de colocar uma “pá de cal” no assunto, no sentido de tomá-lo como resolvido através da produção de uma série de “verdades”, independentemente do número de questões que ainda estejam em contradição ou em aberto. E é assim que o “ponto final” é comunicado à opinião pública, sem mais delongas.

A outra questão que gostaríamos de chamar atenção refere-se ao uso da ideia de “segurança jurídica”, principalmente no que tange ao direito de propriedade de terras dos produtores agropecuários. Vejamos alguns trechos onde o termo é empregado por Katia Abreu:

[...] o Congresso Nacional está tendo a oportunidade de decidir sobre o tema (demarcação de terras indígenas) e está construindo um texto que trouxe tranquilidade e segurança jurídica aos produtores. (...) Com essa iniciativa, a que se somam a atualização do Código Florestal e a adoção do seguro agrícola como uma das prioridades do novo Plano Safra, o mundo rural alcança um novo patamar de segurança jurídica, em benefício de todos os brasileiros. (ABREU, 2012a, Não paginado).

Equivoca-se quem vê um conflito entre 'indígenas' e 'agronegócio'. É a soberania nacional que está em jogo. (...) A insegurança jurídica se generaliza e joga os brasileiros uns contra os outros, ao arripio do Estado de direito. Pior ainda, contraria os interesses maiores do Brasil e da soberania nacional. (ABREU, 2012h, Não paginado).

O uso do termo “segurança jurídica” refere-se a uma estratégia de deslocamento semântico das questões relativas às disputas fundiárias. Resume-se toda uma complexa gama de questões históricas, atinente ao problema agrário-fundiário do país, à dimensão do direito à propriedade privada das elites latifundiárias do agronegócio. A intenção parece ser justamente mobilizar a opinião pública acionando a ideia de que o que estaria em questão é validade da propriedade privada em geral, garantida pelo Estado de direito. Esta operação redutora dos problemas agrário-fundiários que os traduzem intencionalmente a partir de códigos suficientemente simples e inteligíveis ao senso comum, mas que revela apenas “a parte que interessa” da questão, garante ao agronegócio uma legitimidade importante do embate de ideias, principalmente frente aos intentos dos movimentos sociais que lutam por terra e território. Ativa-se assim o medo junto à população de se constituir um cenário onde o direito a propriedade privada seja alienado, reforçando ainda mais a associação de terra como um bem passível de propriedade privada, inculcado e institucionalizado como natural/normal desde a Lei de Terras de 1850. Em outras palavras, a defesa da “segurança jurídica” neste caso está associada diretamente à defesa da concentração de terra como um requisito básico para a manutenção da estrutura de poder historicamente construída e que sustenta a classe política que hoje representa os interesses do agronegócio.

Ao mesmo tempo, para àqueles que conhecem mais de perto as táticas de expansão do agronegócio, é até irônico ver seus representantes clamando pela “segurança jurídica”, uma vez que, muito usualmente, a elite do agronegócio procedeu (e ainda procede) de maneira ilegal na ocupação de terras. A prática mais conhecida popularmente é a grilagem dos títulos das terras. O livro Partido da Terra, do jornalista Alceu Luís Castilho (2012) nos mostra de maneira embasada e extremamente detalhada como grandes proprietários de terra, na maioria das vezes políticos ligados ao setor do agronegócio, lançaram mão de procedimentos criminosos na apropriação de terras alheias ou de terras devolutas.

Enfim, o que gostaríamos de frisar é esta estratégia discursiva empregada pelos representantes do agronegócio, capaz de ocultar conflitos sociais de grande magnitude e reduzir tais questões através de procedimentos semânticos particulares. O resultado disso, ou melhor, o propósito maior desse esforço parece ser mesmo um interesse cada vez maior de se construir uma imagem positiva do agronegócio junto à opinião pública.

Considerações finais

O filósofo Arthur Schopenhauer, em sua ‘Dialética Erística’, demonstrou que é possível vencer uma discussão mesmo sem ter razão. Para tanto, alinhavou uma série de estratégias que partem do pressuposto de que “ter razão” não é o mesmo que “estar com a verdade”. Ter razão, segundo ele, é triunfar perante a plateia, iludindo-a e confundindo o adversário. (ABREU, 2012g, Não paginado).

O trecho acima, retirado do artigo intitulado “Código sem fundamentalismo”, trata-se de um esforço de Kátia Abreu em desqualificar o movimento ambientalista e os atores que se colocavam em defesa da preservação da natureza no contexto de reforma do Código Florestal, em 2011. Mas poderíamos muito bem, usando as palavras da senadora, direcionar tal frase para indagar-nos sobre as formações discursivas do próprio agronegócio. É o caso, como diria Foucault, de “*restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante*” (2011:51).

No desafio de buscar conexões entre os diferentes temas aqui abordados, parece-nos interessante explorá-los sob a égide de componentes de uma *formação discursiva* provenientes dos interesses do agronegócio que buscam promovê-lo a partir de uma conotação positiva e benfazeja. Penso ser interessante voltarmos a algumas questões que apontamos no início do texto sobre o pensamento de Foucault, e que podem inspirar as reflexões acerca do que chamamos aqui de discurso do agronegócio.

Pensemos primeiro na questão da naturalização/normalização das práticas, no sentido de torná-las cotidianas, inquestionáveis. Ao longo dos debates, vimos como normalização de uma determinada atividade (no nosso caso, o modelo agrícola do agronegócio) induz a formação de crenças através da estruturação de discursos que se estabelecem em um processo de disputa pela verdade, a qual tende, indubitavelmente, em favor dos interesses do agronegócio. Foucault, interessado na formação desse tipo de discurso e suas relações com a dimensão do poder, se pergunta “*qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?*” (2010:22)

Nesse sentido, a dimensão do poder nas disputas pelas temáticas atinentes à agricultura, para ficarmos no nosso exemplo, se expressaria não só nas práticas, mas também na produção de verdades sobre a realidade, sendo esta verdade pertencente originalmente a um quadro de relações de força, de disputas. Assim, vemos se formar uma “*economia dos discursos de verdade*” que nos faz deslocar a análise das relações também para um plano semântico-discursivo. No nosso caso, o discurso não seria apenas um veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, principalmente, um objeto de disputa política, algo que os grupos ligados à agricultura desejam se apropriar para colocar em operação determinada visão de mundo. Mais ainda, os discursos teriam um papel importante de legitimar, através da naturalização/normalização, determinadas práticas agrícolas. Assim, nessa perspectiva foucaultiana, não se dissociam os discursos das práticas.

Entremado à economia dos discursos de verdade, encontramos um processo intenso de disputa de paradigmas semânticos, fundamental para a condução das práticas e dos comportamentos, e que culmina em um processo de exclusão do que não se cristaliza como verdade. Ou seja, a emergência de um discurso que se promove como verdadeiro (o do agronegócio, por exemplo), se dá através dos embates, das lutas com outros discursos que se propõem a mesma pretensão (camponeses, indígenas, ambientalistas, etc.). O resultado final (ou pelo menos provisório, uma vez que é sempre possível - embora não seja simples - que estratégias alternativas venham revogar a verdade posta) é a consolidação de um só discurso como verdadeiro, seguido do rebaixamento e da exclusão dos outros.

Foucault nos inspira a pensar na produção da verdade não como um simples instrumento de contar uma história, mas como um mecanismo de construção da história verdadeira, um modificador da realidade. Isso possibilita a quem a controla não só uma reinterpretação do passado, mas também uma reorientação do presente e do futuro, a partir da construção de narrativas teleológicas, tomadas como “*arma discursiva utilizável, exibível por todos os adversários do campo político*” (2010:159)

Nessa perspectiva, parece ficar mais clara a pretensão de “*verdade*” que o discurso do agronegócio pleiteia. A normalização/naturalização segue como produto de um esforço cotidiano de deslegitimar o outro e de vangloriar a si próprio, através do uso de estratégias com grande apelo popular, e por meio de uma linguagem acessível e de alto poder de persuasão. Como bem diria Kátia Abreu acerca de suas declarações, “*São fatos, não opiniões*” (ABREU, 2012g), evidenciando justamente o que podemos chamar de aspiração ao *status* de verdade.

Todos os debates que apontamos nas seções anteriores sugerem um movimento intencional com essas características. Outros temas poderiam ter sido mais bem trabalhados, outras vozes poderiam ter sido ouvidas, mas por necessidade de escolha, ficaram de fora da análise. De todo modo, o que gostaríamos de enfatizar aqui é o fato do discurso do agronegócio se apresentar atualmente de maneira muito bem qualificada, com alta capacidade de convencimento da opinião pública e de se mostrar como “*verdade*”, utilizando estratégias que nos parecem muito bem definidas.

No confronto de pontos de vista ou de visões de mundo, o agronegócio parece levar relativa vantagem, já que o outro lado, os outros discursos, principalmente àqueles atinentes aos movimentos sociais, aos grupos e às campanhas que figuram como atores importantes neste campo de relações de força, não possuem recursos disponíveis (e talvez não tenham esse interesse) para produzir discursos tão bem elaborados e tratados a partir de técnicas de *marketing* que lhes permitiriam um maior acesso à opinião pública.

Ou seja, neste campo de disputa pela “verdade” perante a opinião pública, a vantagem é clara e pende para o lado do agronegócio. Ao alçar o debate para outros planos, promovendo discussões com base em uma série de temas, muitos dos quais foram aqui mencionados, parece haver um obscurecimento das práticas convencionais deste setor, principalmente aquelas relacionadas à concentração de terra e todos os conflitos a ela relacionados. Talvez no intuito de revogar a imagem historicamente depreciativa do “latifúndio” e de fortalecer a ideia de “agronegócio” como algo novo, funcional e eficiente, é que esse procedimento semântico venha sendo empreendido com tanto empenho. Em que pese tal esforço, é fato que a terra (a posse e a concentração desta, mais especificamente) ainda continua sendo um elemento central para a manutenção do modelo agrícola no qual o agronegócio se baseia. Desde a última década e especialmente após 2008, quando em função da crise financeira internacional, desencadeou-se uma tendência massiva de fixação de capital, sendo parte expressiva na compra de terras em países periféricos, em especial no Brasil (CARVALHO, 2013; DELGADO, 2013), o cenário foi marcado pela expressiva expansão da fronteira agrícola no contexto nacional. Seja na rota do chamado MAPITOBA ou na direção norte, rumo à Amazônia (casos aqui já mencionados) é visível a incorporação progressiva de terras para as atividades do agronegócio. O agronegócio, portanto, mesmo com todo o moderno marketing de que lança mão, ainda tem na dimensão da terra uma de suas principais estratégias de reprodução, o que não nos deixa esquecer de suas raízes e origens ligadas aos latifúndios e a especulação imobiliária.

Referências

ABREU, Kátia. Uma nova política agrícola. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jul. 2012a. Caderno Mercado, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1116603-uma-nova-politica-agricola.shtml>>. Acesso em 08 jul. 2012

_____. Segurança jurídica, um bem comum. **Folha de São Paulo**, 21 jul. 2012b. Caderno Mercado, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1123676-seguranca-juridica-um-bem-comum.shtml> - Acesso em 22 jul. 2012.

_____. Os benefícios do consenso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2012c. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/61433-os-beneficios-do-consenso.shtml> - Acesso em 19 ago. 2012.

_____. Arcaico e moderno. **Folha de São Paulo**, São Paulo 15 set, 2012d. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1153946-arcaico-e-moderno.shtml> - Acesso em 16 set. 2012.

_____. Resistência à crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 out. 2012e, Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1164873-resistencia-a-crise.shtml> - Acesso em 07 out. 2012.

_____. O Teorema de Eliseu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 out. 2012f. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1168695-o-teorema-de-eliseu.shtml> - Acesso em 14 out. 2012.

_____. Código sem fundamentalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 out. 2012g. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1172427-codigo-sem-fundamentalismo.shtml> - Acesso em 21 out. 2012.

_____. Até abuso tem limite. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 out 2012h. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1175970-ate-abuso-tem-limite.shtml> - Acesso em 28 out. 2012.

_____. Uma antropologia imóvel. **Folha de São Paulo**, São Paulo 17 nov. 2012i. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/78428-uma-antropologia-imovel.shtml> - Acesso em 18 nov. 2012.

ABREU, Kátia. ANVISA, a praga dos sete anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 dez. 2012j. Caderno Mercado: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1194361-anvisa-a-praga-dos-sete-anos.shtml> - Acesso em 02 dez. 2012.

_____. Tecnologia que a cidade não vê. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2012k. Caderno Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1201842-tecnologia-que-a-cidade-nao-ve.shtml> - Acesso em 16 dez. 2012.

_____. Ambientalismo republicano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2012l. Caderno Mercado: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1207840-ambientalismo-republicano.shtml> - Acesso em 30 dez. 2012.

_____. Desde os tempos do onça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jan. 2013a. Caderno Mercado: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1210461-desde-os-tempos-da-onca.shtml> - Acesso em 06 jan. 2013.

BARBOSA, Antonio Gomes. Encontros e desencontros da extensão rural brasileira na construção coletiva de conhecimentos e saberes. In. THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANNA, João Nildo. (Orgs.) **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável** – Rio de Janeiro, Garamond (Terra Mater). 2009.

BRUNO, Regina Landim. **Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégia de poder do agronegócio**. Texto apresentado no 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Edição Especial, Julho, 2013.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo; Contexto, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. Cinco ministros e a porta voz do Agro. **Notícias CNA**, Brasília, 18 jun. 2012a

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. Código Florestal e a busca pela Perfeição. **Notícias CNA**, Brasília, 01 out. 2012b

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. Campanha estrelada pelo Rei Pelé chega à TV. **Notícias CNA**, Brasília, 28 out. 2012c

DELGADO, Guilherme. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Edição Especial, Julho, 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário** – Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, 2012.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine. 'Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho**. University of Minnesota Press. Minneapolis, 1994

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Editora Martins Fontes. 2010

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Editora Loyola. 2011

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Kátia Abreu, a antropóloga, criadora da abreugrafia**. Site do MST. 26/11/2012

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 31, p. 5-30, 2012.

HEINBERG, Richard; BOMFORD, Michael. **The food and farming transition: towards a post-carbon food system**. Sebastopol-CA/US: Post Carbon Institute, 2009.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sergio Pereira; PALMERA, Moacir. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

HIRSCHMAN, Albert. **A bias for hope: essays on development and Latin America**. New Haven: Yale University Press, 1971.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra. **Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

MIDIA NEWS. **Revista Forbes: Blairo Maggi, um dos mais influentes do mundo**. 16 nov. 2013. Acesso: 19 de junho de 2014. Site: <http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=1&cid=179087>

PERKINS, John H. **Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the Cold War**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

PINCH, Trevor J.; BJIKER, W. E. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. IN: THOMAS, Hernán; BUCH, Alfonso (coord.) **Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología**. Bernal: Universidad de Quilmes Editorial, 2008.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

ROTHER, Larry. Um inexorável inimigo para a Amazônia: a soja. **The New York Times**, 17. set. 2003

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, abril, 2001.

SITE OFICIAL SENADOR BLAIRO MAGGI. **Palestra de Blairo Maggi em feira internacional impressiona participantes**. 26 mar. 2014. Acesso em: 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://blairomaggi.com.br/noticia/palestra-de-blairo-maggi-em-feira-internacional-impressiona-participantes>

SCOTT, James. **Seeing like a State**. New Haven: Yale University Press, 1998.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Edição Especial, Julho, 2013

Recebido para publicação em 28 de fevereiro de 2014

Devolvido para revisão em 07 de junho de 2014

Aceito para publicação em 09 de julho de 2014